

Tematizando o objeto da Ciência da Informação: uma arqueologia da escrita¹

Lídia Silva de Freitas (UFF)

Resumo: Apresenta problematização de estudo que se insere em debate em curso na Ciência da Informação, envolvendo a delimitação de seu objeto central: a informação – em suas variadas conceituações – ou o documento – em sua materialidade, da ordem da institucionalidade e gerador de efeitos sociais (Frohmann). A pesquisa, de cunho teórico-conceitual, testa o conceito/hipótese de *modo de acreditação e distribuição social de saberes*, fundado na divisão de Nora entre *sociedades de memória* e *sociedades de história*. Analisa a constituição, os funcionamentos e as representações imaginárias da escrita, como marco divisório e base das sociedades históricas e fundamentando o *efeito-documento* em processos de legitimação, autoridade e regimes de verdade. Através da análise arqueológica foucaultina de variadas fontes históricas e teóricas, o estudo busca as bases da persistência do documento nos processos dominantes de acreditação e distribuição social de saberes – e poderes – no ocidente, buscando contribuir, assim, para o adensamento deste relevante debate no campo.

Palavras-chave: Epistemologia da Ciência da Informação. Cultura escrita. Arqueologia da Escrita. Memória. Documento.

Abstract: It presents the problematization of study that is inserted in a debate that takes place in the Information Science, involving the definition of its central subject matter: the information - in its multiple conceptualizations - or the document - in its materiality, which belongs to the order of the institution and produces social effects. (Frohmann) The research has theoretical and conceptual character and it tests the concept/hypothesis of the *mode of accreditation and social distribution of knowledge*, based on the Nora's division between *memory societies* and *history societies*. It analyses the constitution, the functioning and the imaginary representations of writing as constituent and the basis of history societies, and its role in the *document-effect* in legitimation, authority processes and in the truth regimes. The study researches the fundamentals of the persistency of the power of the document in dominant processes of accreditation and social distribution of knowledges – and powers – in the West, based on a Foucauldian archaeological analysis of writing of various historical and theoretical sources. Thus, it might contribute to densing this relevant debate in the Information Science.

Keywords: Epistemology of Information Science. Written culture. Archaeology of writing. Memory. Document.

¹ Comunicação oral apresentada ao GT-01 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação.

Fez um gesto e o deixaram só.
Pensava no mistério da escrita, nesses fios negros
que se enlaçam e desenlaçam em grandes folhas de papel
com uma balança em filigrana, fazendo e desfazendo
compromissos, juramentos, alianças, testemunhos, declarações,
sobrenomes, títulos, datas, terras, árvores e pedras; emaranhado
de fios extraídos do tinteiro, nos quais as pernas do homem se enredavam,
e lhe eram barrados os caminhos desconsiderados pela Lei;
corda no pescoço, que lhe apertava a surdina ao registrar
o som temível das palavras em liberdade. Sua assinatura o havia traído,
levando-o a complicar-se nas armadilhas e enredos dos processos.
Atado pela assinatura, o homem de carne
havia se transformado em homem de papel.
Alejo Carpentier.
Viagem às origens, 1995

Introdução

Vários importantes autores da Ciência da Informação (daqui em diante CI) vêm sublinhando a permanência da centralidade e primazia do documento nas práticas sociais hoje predominantemente tratadas como ‘informacionais’ pela literatura do campo, trazendo, assim, para debate o próprio objeto disciplinar da CI.

A ênfase no documento e processos documentários como foco reflexivo de autores como Bernd Frohmann, Ronald Day e outros, tem a companhia de análises sobre a construção histórica e discursiva da proeminência da informação, juntamente com as mudanças tecnológicas que a envolvem, como as empreendidas por Mattelart (2001), Finlay (1986) e Roszak (1986). Os dois últimos, em meados dos anos 1980, analisavam a supervalorização discursiva da noção, reputando-a como espaço conceitualmente vazio, disponível para preenchimentos imprecisos.

Apoiado em análises de Numberg (1996)¹, Frohmann (2004b), reconhecendo que grande parte da força e autoridade da noção de informação advém de suas ambigüidades e contradições, desloca o foco do questionamento ‘o que é informação’ para ‘como se constitui a impressão de informação?’, apontando na análise da reificação dos sentidos fornecidos historicamente pelas próprias práticas sociais com a organização material de formas documentais.

Em que pese a trajetória histórica da CI como campo disciplinar e suas razões históricas e institucionais para *inflar a ‘informação’*² (DAY, 2001; Frohmann, 2004^a; CAPURRO; HJORLAND, 2007; e FREITAS, 2003), o documento permanece como início e fim de seus processos teóricos e práticos, por envolver formas de legitimação – institucionais ou formas históricas de agregação de autoria. (FOUCAULT, 2002)

Frohmann (2004a) enfatiza a escrita e a totalidade do aparato que a acompanha como fonte do poder gerativo e formativo do documento, que não se situa no conteúdo que pode registrar. (cf. FROHMANN, 2004a, p.150) Inserindo o enunciado na ordem da instituição afirma: *Um texto não pertence às Escrituras porque seu conteúdo é sagrado; antes, seu conteúdo é sagrado porque pertence às Escrituras.* (p.153). Também pontua a dupla materialidade do documento: além do engajamento institucional – passível de migração interinstitucional, como a relação textual entre a academia e o aparato jurídico – ele mescla enunciação e práticas sociais e públicas, por seu poder de gerar efeitos. (Frohmann, 2006)

Abordado o *documento* como efeito básico de funcionamento social da escrita – interseção entre inscrição e instituição – verifica-se que não comunica algo que independa dele: o documento *é o fato*, ou ainda, *é o ato*. Instituidor, institucionalizado, formal, legitimado. Como pontuado por Le Goff (1984), “o documento é produto de um centro de poder. [...] é o

testemunho de um poder polivalente e, ao mesmo tempo, cria-o.”

Reconhece-se a dificuldade de estranhar – para poder pensar – o objeto escrita, retirando-o da invisibilidade de sua rede de valores, instituições e campos do saber, processos culturais, memoriais e de repartição e manutenção de poderes, especialmente da teia de sentidos que o amarra fortemente aos também invisibilizados, porque constitutivos, discursos e sentidos do evolucionismo – nosso mito fundador. (FREITAS, 2005)

Considera-se que a análise dos funcionamentos histórico-sociais da escrita lançará luzes sobre a persistente centralidade do documento, a despeito dos também persistentes discursos de setores da CI em destroná-lo. E, principalmente, espera-se que essa análise contribua para que campo informacional possa reavaliar sua própria participação – por ação ou omissão – nesses mesmos funcionamentos.

Assim justificamos a intenção de apresentar esta problematização de pesquisa, adicionada de apresentação de conceito/hipótese desenvolvido na abordagem dos temas expostos, para debate entre pares na forma de comunicação científica.

Tematizando o objeto da Ciência da Informação

Capurro e Hjørland (2007), em sua já clássica revisão de literatura sobre o conceito de informação, originalmente publicada no ARIST de 2003, ao analisarem o sentido de *informação* na expressão ‘recuperação de informação’, que reputam como “possivelmente um dos termos mais importantes no campo conhecido como CI”, reconhecem que ele “está intimamente relacionado à recuperação de documento/texto” (2007, p. 179). Ilustram sua posição com citação de van Rijsbergen:

Recuperação de informação é um termo amplo e geralmente mal definido [...] Infelizmente, a palavra informação pode ser muito enganosa. [...] Na verdade, em muitos casos, pode-se descrever adequadamente o tipo de recuperação simplesmente substituindo-se documento por informação. [...] Uma definição perfeitamente direta ao longo destas linhas é dada por Lancaster: *A recuperação de informação é o termo convencionalmente aplicado, embora um pouco imprecisamente, ao tipo de atividade discutida neste volume. Um sistema de recuperação de informação não informa [...] ao usuário sobre o assunto de sua investigação. Ele meramente informa sobre a existência (ou não) e a localização dos documentos relacionados ao seu pedido.* (VAN RIJSBERGEN, 1979³)

Capurro e Hjørland, seguindo a controvérsia, afirmam:

Embora alguns pesquisadores tenham fantasiado a eliminação do conceito de documento/texto substituindo-os simplesmente por armazenamento ou recuperação de fatos ou informações ali contidas, é nossa opinião que RI [Recuperação de Informação], normalmente, significa recuperação de documentos e não recuperação de fatos. (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 180)

Apesar de alguns autores citarem tipos de usos que, diferentemente da comunidade acadêmica, poderiam prescindir de referências de fontes e necessitar acesso direto aos próprios dados ou ‘fatos’, como analistas de negócios, jornalistas ou técnicos – concretizando a ilusão positivista da correspondência informação/fato/verdade –, terminam por apagar as formas de legitimidade institucional e autoridade envolvidas na constituição da evidência na cultura ocidental, mesmo para esses usos profissionais.⁴ Sobre o tema, Capurro e Hjørland sublinham a necessidade de indicação de fonte “a fim de compará-la com outras fontes ou para avaliar sua autoridade cognitiva”. Deixam com Spang-Hanssem (1970)⁵ a “palavra final” sobre o tema. Este enfatiza que nem usuário, nem mediador deveriam ignorar a confiabilidade dos dados e,

principalmente – e esta é uma questão ética importante –, isolar dados de sua origem, pois essa relação envolve não apenas institucionalidade, mas também questões metodológicas.

[...] várias investigações de alguma propriedade têm levado, freqüentemente, a diferentes resultados que não podem ser comparados e avaliados separadamente da informação sobre sua origem. Um fato empírico sempre tem uma história e, talvez, um futuro não muito certo. A história e o futuro podem ser conhecidos somente através da informação de documentos particulares, isto é, através da recuperação de documentos. (SPANG-HANSEN, 1970 *apud* CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 184)

Estendendo a reflexão para além do tipo de objeto tratado pelos sistemas de recuperação da informação, pode-se levantar: como se estabelece nuclearmente o documento nestes processos sócio-históricos e as redes de legitimidades e crenças que perenizam seu poderio simbólico-institucional, apesar dos esforços de seu apagamento? Que processos tendem a invisibilizar tal condição, estabelecendo o imaginário da informação-fato? Considera-se que tudo aponta para a escrita e seu corolário de usos sociais. A própria opacidade do tema é abordada aqui como elemento que o constitui como um ‘natural’, hegemonizado culturalmente.

O enfrentamento de tais questões poderia lançar luzes sobre o que Capurro e Hjørland (2007) apontam, como outros autores em CI, como uma “negligência [por parte da CI] com os conceitos de texto e documento, de um lado, e de significado (ou semântica), de outro” (p.182). Considera-se que a abordagem dos fundamentos político-culturais do desenvolvimento e usos da escrita na análise das *práticas sociais com documentos* (Frohmann, 2004b) contribui para a superação de parte destas lacunas.

O poder do documento: escrita + instituição

Em sua clássica revisão de literatura sobre o conceito de memória, Le Goff (1984), ao tratar da origem histórica da escrita, segue variados caminhos apontados pelas diversas teorias que abordam o tema – muitas diametralmente opostas. Entretanto pode-se sintetizá-las em dois pólos: o que a aborda como

- a) saber oriundo da necessidade de auxiliar a memória cerebral quando esta deixaria de dar conta do grande número de saberes socialmente úteis ou
- b) resultado de luta pela memória social quando, estabelecida alguma fissura social, já não haveria consenso sobre os saberes e/ou as narrativas socialmente relevantes e/ou confiáveis.

Parte-se aqui da última hipótese, pois historicamente apenas surge a escrita em sociedades divididas em estamentos ou classes, constituindo-se como “arcos do triunfo” das narrativas dos vencedores. Autores como Furtado (1995) chegam a intrigar-se com o aparente paradoxo de uma ‘tecnologia de comunicação’ como a escrita mais dividir os homens que aproximá-los. Tal constatação não surpreende autores como Goldberg (1990)⁶, que afirma: “onde quer que busquemos, em todos os períodos, a estratificação social preside a história do letramento.”

Rompendo com a abordagem da escrita como simples instrumento na comunicação, Cardona (1994)⁷ afirma:

Nas culturas que possuem pelo menos uma forma de escrita comprovamos que não é possível considerar esta escrita simplesmente como um instrumento de uso para transmitir certas mensagens, assim como um caminhão serve para transportar uma carga de feno. Pelo contrário, o fenômeno escritura [...] se manifesta como uma matriz de significações sociais, como um campo fundamental de produção simbólica.

(CARDONA, 1994, p.10)

Essas concepções rompem com a abordagem evolucionista que naturaliza o advento da escrita como constitutivo de alguma "etapa" de uma "sociedade humana" genérica, como nos discursos evolucionistas e universalizantes, dominantes na chamada sociologia do letramento.

Na passagem do séc. V para o IV, o grande feito da revolução alfabética começou a se impor à Grécia. A palavra predominante deixou de ser uma vibração captada pelo ouvido e armazenada na memória. Ela se tornou um artefato visível. O armazenamento de informação para uso posterior, como fórmula destinada a explicar a dinâmica da cultura ocidental, deixa de ser uma metáfora. A declaração documentada, que permanece imutável através dos tempos, libertou o cérebro de certos fardos formidáveis da memorização, ao mesmo tempo que incrementou as energias disponíveis ao pensamento conceitual. Os resultados, como podem ser observados na história intelectual da Grécia e da Europa, foram profundos. (HAVELOCK, 1973⁸ *apud* MORRISON, 1995)

Todas essas civilizações – sumérios, egípcios, hititas e chineses – eram letradas no sentido de que seus grandes avanços na administração e na tecnologia estavam indubitavelmente conectados à invenção de um sistema de escrita. (GOODY; WATT, 2006, p. 25)

A cultura escrita, em geral, e a imprensa, em particular, fixaram o registro escrito como o dado com o qual as interpretações podiam ser comparadas. A escrita criou um “texto” fixo, original e objetivo; a imprensa colocou esse texto em milhões de mãos. (OLSON, 1995, p. 165)

[...] sem a escrita, a consciência humana não pode atingir o ápice de suas potencialidades, não é capaz de outras criações belas e impressionantes. Nesse sentido, a oralidade precisa e está destinada a produzir a escrita. [...] Dificilmente haverá uma cultura oral ou uma cultura predominantemente oral no mundo, hoje, que não esteja ciente da enorme pletera de capacidades absolutamente inacessíveis sem a cultura escrita. Essa consciência é angustiante para pessoas enraizadas na oralidade primária, que desejam ardentemente a cultura escrita [...]. [...] falta de introspecção, de audácia analítica, de preocupação com a vontade como tal, de uma percepção da diferença entre passado e futuro – [são] características da psique nas culturas orais não apenas do passado, mas até mesmo nos dias de hoje. Os efeitos dos estados de consciência orais são bizarros para a mente letrada [...]. (ONG, 1998, ps.23 e 40)

O amálgama explicativo estabelecido entre escrita, evolução, racionalidade, verdade, comprovação e escrita da história aparece claramente em estudos sociológicos clássicos sobre a escrita e o letramento. Esse campo de estudos emerge no início dos anos 1960, com os trabalhos de McLuhan – *The Gutenberg Galaxy* –, Lévi-Strauss – *La pensée sauvage* –, ambos de 1962, Goody e Watt – *The consequences of literacy* – e Havelock – *Preface do Plato* –, ambos de 1963. Para Havelock, tal simultaneidade de produção em quatro diferentes países (Canadá, França, Inglaterra e EUA) se liga à rápida disseminação no ocidente de tecnologias de comunicação baseadas na oralidade. À essa produção, segundo o autor, “se seguiu uma verdadeira onda.” (HAVELOCK, 1995)

O movimento de eleger mudanças pontuais, especialmente ‘tecnológicas’, como ‘fator causal’ de transformações sociais, além de obscurecer os complexos processos de inter-relação entre diferentes extratos analíticos envolvidos nas mudanças históricas em formações sociais, oferece o benefício extra da realimentação e reforço do mito da evolução: a escrita possibilitou...

Mais do que análises sobre as dinâmicas sócio-históricas da escrita e suas imbricações

com o sócio-cultural, essa produção muitas vezes torna-se um ‘exemplar’, uma manifestação desses mesmos funcionamentos: sua colocação em marcha e reprodução. Dessa forma, exercem e amplificam os procedimentos de controle e delimitação do discurso analisados por Foucault (1996). Grande parte dessa literatura, ao trabalhar a escrita pautada no mito da evidência e da prova do escrito – “fixação de informação” – atua na transmutação do texto escrito em ‘documento’, efetivando o projeto de objetivação e universalidade do Ocidente, como sublinha Frohmann (2004a).

Esse funcionamento aparece sendo mesmo exacerbado em alguns sociólogos do letramento. Além da exigência da existência de escrita para ‘livrar’ uma formação social da caracterização de ‘sociedade-sem’ – sem escrita, sem Estado, sem história, como ironiza Rognon (1991) – como em Ong, Goody e Havelock, apenas a cultura que apresentar a textualidade ‘racional’ – com *descrição de fatos*, *argumentação empírica* e *raciocínio teórico* – pode ser considerada portadora da ‘verdadeira’ cultura escrita. (Morrison, 1995). Vê-se que se trata de ‘modo’ de acreditação e distribuição de saberes amplamente naturalizados pelas abordagens teóricas, que se tornam, assim, parte do dispositivo desse funcionamento cultural.

Formulação conceitual: fontes e desdobramentos

Pode-se agora enunciar a formulação de conceito/hipótese sob teste e verificação no presente estudo, que provisoriamente é descrito – mais que nomeado – como *modo de acreditação e distribuição de saberes*. Sua formulação baseia-se na distinção estabelecida por Pierre Nora entre o que chamou de *sociedades de memória* e *sociedades de história*⁹.

A memória, que ele qualifica de ‘memória verdadeira’, é vivida coletivamente sem rupturas com o presente; é afetiva, enraizada no concreto e funciona como suporte de continuidade cultural entre o passado, permanentemente atualizado, e o presente. Nas sociedades de história, com a quebra do consenso, constitui-se uma memória prótese – a produção das narrativas históricas, baseadas em registros, documentos e monumentos, suportes tangíveis de uma *memória aquivística*, sem *meios de memória*, que apóiam-se em formas de sociabilidade calcados na oralidade, no mito, no rito. Em Nora, a narrativa histórica se institui, com reivindicação de racionalidade, para romper com a dinâmica memorial em suas mutações: institui-se *contra* a memória e seus funcionamentos. A história, assim, é construção ‘racional’, ruptura e estranhamento, representação sobre o passado.

A necessidade, nas sociedades de história, de comprovação, cristalização – ainda que na ilusão da linguagem *fixada* em seus sentidos – adviria da assimetria nas relações sociais.

A opção pela designação *modo* na construção conceitual que empreendemos baseia-se na pretensão de abarcar os funcionamentos de estrato cultural em largo espectro de situações históricas de diferentes formações sociais que, fundamentalmente, possam ser subdivididas pelo grau de formalidade das instâncias ligadas às formas de acreditação e distribuição social de saberes ou, dito de outra forma, formação de *evidências* socialmente compartilhadas ou valorizadas, assim como suas formas de transmissão e repartição.

Se o funcionamento da memória social é inelutavelmente seletivo, mediado por práticas consagradas à (re)produção simbólica e institucionalizado, é importante diferenciá-las qualitativamente quanto ao caráter dessas instituições. A formalização é sintoma da quebra de consenso social, indicando seu caráter regulador e de controle, via poder de coerção. Também implica um poder instituinte, que subentende um poder instituidor (Costa, 1997), assim como a correspondente expropriação ou desvalorização de outros saberes, que tornam-se, assim, desinstitucionalizados. Estes últimos deslegitimam-se em favor dos saberes selecionados e regulados pelas instituições que, com seu poder outorgado, passam a ser suas guardiãs legítimas – monopólio da legitimidade. (ALBUQUERQUE¹⁰, 1978, *apud* Costa, 1997)

Optou-se, ainda, pela designação genérica ‘saberes’ para abarcar diferentes regimes de seleção, acreditação e repartição cultural, dos quais o ‘conhecimento’ constitui um exemplar específico. (baseado em Nietzsche, Foucault, 1974, p. 9-20)

Constituídos, assim, os registros escritos como marcos em política de memória, pode-se ainda articular alguns efeitos correlatos e constitutivos – políticos e simbólicos:

- instauração de sistemas de legitimidade exclusivos (e excludentes) sobre o texto escrito: processos sócio-políticos de validação do documento - e apenas ele - como garantia e prova, implicando sua monumentalização. (LE GOFF, 1984) O poder de registro efetiva-se em macro e micro-práticas de exame, controle e vigilância (Foucault, 1974), implementando o poder disciplinar centralizado – no Estado¹¹; desenvolvimento de formas burocráticas de controle, impessoalizando a política como administração da vida – dispositivos de agenciamento do poder (Foucault, 2002).
- formas de distribuição social do saber de registro: gramaticalização e lexicalização da linguagem, estabelecendo a ‘alta’ linguagem e, por conseguinte a ‘baixa’; escolarização de conteúdos culturais seletivos, separados da vida, envolvendo formas de distribuição de oportunidades econômicas.
- Invenção do ‘conhecimento’ como forma de saber legítimo. Separação – hostil (Foucault, 1974) – entre conhecedor e objeto de conhecimento como base de regime/política de produção de verdade e evidência (X fidelidade, Ricoeur, 2000); constituição do sujeito do conhecimento; estabelecimento de campos de saber a partir de relações de força; fortalecimento do poder-saber via inquérito e exame (Foucault, 1974);
- Lei escrita como marca da quebra do consenso. Crime como infração da lei, e não como dano a outro; justiça baseada em sistema de provas da ‘verdade’ (Foucault, 1974).
- surgimento de saber/narrativa sobre o passado, mais que pautado por, baseado em registros escritos; estabelecimento de linha divisória entre ‘período histórico’ e uma ‘pré-história’ memorial; distinção e crescente separação entre presente e passado – transformado em ‘outro’ e administrado pelas narrativas históricas (Ricoeur, 2000); envolve apagamento de tradições, silenciamento dos velhos (Bosi, 1994) e preparação de um ‘futuro indomável’. (Nora, 1993)
- aparecimento das ‘religiões do livro’: permanente retomada da escritura sagrada do texto revelado. (ORLANDI; FURTADO, 1995)
- constituição e patrimonialização de estoques documentais: arquivos, com instituição de acúmulo e guarda de registros de transações e narrativas de caráter probatório e fonte de consulta; fundação de práticas e saberes reguladores da guarda, organização e circulação de registros de arquivo como dispositivo de controle discursivo.

Imprescindível aos funcionamentos sociais da fixação de enunciados em formas documentais – acompanhada da ilusão da fixação de sentidos – é a formação de seus acúmulos. Nos termos de Nora (1993), a *memória verdadeira*, transformada por sua passagem em *história*, dá lugar a uma memória arquivística, levando à *constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar*, o que aqui será tratado genericamente de *arquivo*.

Não nos iludamos com seu caráter: não é o conjunto de textos que uma sociedade deixou, material bruto a partir do qual se pode perceber seja as estruturas sociais, seja a emergência de acontecimentos; ele não é mais do que a moldura institucional que permite conservar os traços, é um dispositivo não fortuito que constitui as imagens distintas, no sentido que cada dispositivo de arquivo estabelece sua própria ordenação [...] o arquivo “exibe” de algum modo um sentido determinado. (Guilhaumou; Maudidier, 1994, baseados em Foucault)

Seu funcionamento como *dispositivo histórico significativo* (Souza, 1996) exige que os registros passem pelo crivo da ‘arquivabilidade’: “precisam ser submetidos aos cuidados de quem tem competência tanto para interrogá-los como para defendê-los, mantê-los seguros e assistidos.” (Ricoeur, 2000, p.213) Tais procedimentos, como as demais articulações esboçadas acima, historicamente também levaram à produção de saberes técnicos, teórico-conceituais e epistemológicos.

O estudo, assim, insere-se em esforço de lançar luz, via os funcionamentos histórico-sociais da escrita, às práticas documentárias, muitas vezes estabilizadas e invisibilizadas enquanto tal pela própria Ciência da Informação.

Considerações finais

Em que pese os objetivos da presente comunicação – focar a problematização e construção conceitual de estudo teórico-conceitual em curso –, considera-se relevante explicitar os procedimentos analíticos desenvolvidos e o campo empírico que o estudo pretende abarcar.

O estudo desenvolve análise histórico-arqueológica das relações entre a escrita e as transformações no modo de acreditação e distribuição social de saberes via documento e suas repercussões no campo informacional.

Foucault focalizou em seus diferentes estudos - desenvolvendo metodologias e quadros teóricos de análise – os *enunciados regulados institucionalmente*, como atos de fala que ganharam autonomia ultrapassando algum tipo de teste institucional ou confirmação empírica: requerem procedimentos de avaliação, comunidade de especialistas, envolvendo um regime de verdade. Por isso, o estudo proposto irá abordar, através da análise arqueológica foucaultiana (FOUCAULT, 1997, resumido em FREITAS, 2003), os funcionamentos sócio-históricos da escrita que constituem a centralidade do documento nos variados processos de legitimação de saberes, produção de verdade, distribuição de direitos e deveres em suas densas relações com a produção e reprodução de poderes de diversas ordens – políticas, culturais, econômicas – nas sociedades ocidentais. Serão analisados o feixe de relações institucionais, processos econômico-sociais e usos da escrita em suas articulações com os saberes e representações imaginárias sobre a mesma, que igualmente se articulam com seu estabelecimento – autóctone ou introdução imposta – e em diferentes formações sociais de que dispomos de relatos e análises.

Na análise dos diversos usos sociais da escrita será utilizada e avaliada a aplicabilidade do conceito/hipótese exposto.

Para tanto, serão analisados: a historiografia sobre a invenção da escrita e seus usos sociais em diferentes contextos históricos de formações sociais que a produziram autonomamente; diferentes representações sociais, produzidas em diversos contextos histórico-sociais, sobre as implicações sociais da escrita; relatos sobre a introdução e tipos de usos sociais da escrita em formações sociais que não a produziram autonomamente – cotejados com os resultados da análise dos usos das sociedades que a produziram autonomamente.

Os conceitos aplicados e análises formuladas no alcance dos objetivos anteriores serão, finalmente, cotejados com a produção bibliográfica do campo informacional sobre as implicações da relação informação/documento na sociedade e no traçado dos objetos e objetivos do campo.

Parte dessas fontes está listada nas referências desta comunicação.

Referências

- ABREU, M.; SCHAPOCHNIK, N. (orgs.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas: Mercado de Letras, 2005.
- ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.
- AKINNASO, F. On the differences between spoken and written language. **Language and Speech**, v.25, part 2, p.97-125, 1982.
- ALMEIDA, Maria Inês de. Escola indígena: que lugar é esse? In: RICARDO; BETO; FANNY. **Povos indígenas do Brasil**. São Paulo: Instituto Sócio-Ambiental, 2007.
- AUERBACH, E. **Literary language and its public in late antiquity and the latin Middle Ages**. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- BARRY, Alpha O. ; CONDE, Claude (orgs.). De la culture orale à la production écrite: Littératures africaines. **Semen; revue de sémiolinguistique des textes et discours**. n. 18, nov. 2004. (número especial)
- BLAY, Francisco M.G. **Scripta manent: materiais para una história de la cultura escrita**. València : Departament d'Història de l'Antiguitat i de la Cultura Escrita, 1998.
- BOBBIO, N. Poder / autoridade - Estado-guerra. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v. 14.
- BROOKES, B. The foundations of Information Science. Part I: Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, v. 2, n 3-4, p. 125-133, 1986.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Editora da USP, 1998.
- BURKE, P. (org.) **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e a não-escrita. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 139-147.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. The concept of information. **ARIST**, v.37, 2003.
- CHARTIER, R. **Os Desafios da escrita**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- _____. **A Ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- COLOMBO, Fausto. **Os arquivos Imperfeitos: memória social e cultura eletrônica**. São Paulo: Perspectiva, 1991. (Debates, 243)
- COOK-GUMPERZ, J.; GUMPERZ, J. From oral to written culture: the transition to literacy. In: WHITEMAN, M. F. (ed.). **Varition in writing: functional and linguistic-cultural differences**. Hillsdale: Erlbaum, 1981. p.89-109.
- COSTA, Icléia T.M. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Convênio IBICT-UFRJ, 1997.
- DAY, Ronald. Critical theory and bibliography in cross-disciplinary environments. In: FOSTER, David W.; KELLY, James R. (org.). **Bibliography In Literature, Folklore, Language And Linguistics: essays on the status of the field**. /s.l./: McFarland, 2003. *Preprint* Disponível em: <http://faculty-staff.ou.edu/D/Ronald.E.Day-1/mlacorrect.htm>
- _____. **The modern invention of information: discourse, history and power**. Carbondalle: Southern Illinois University, 2001.
- DERRIDA, J. **Of Grammatology**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1976.
- _____. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

- _____. **Papel-máquina**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- EGAN, K. **Literacy and the oral foundations of education**. Harvard Educational Review, v.57, n.4, p.445-472, nov.1987.
- EISENSTEIN, E. **A Revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Ática, 1998.
- FERNANDES, Geni C. **A ameaça: tempo, memória e informação**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Convênio IBICT-UFRJ, 2004.
- FINLAY, Marike. Poder e controle nos discursos sobre as novas tecnologias de comunicação. In: FADUL, Anamaria (org.). **Novas tecnologias de comunicação: impactos políticos, culturais e sócio-econômicos**. São Paulo: Summus/Intercom, 1986. p.35-56.
- FLEISCHMAN, S. Discourse as space/discourse as time: reflections on the metalanguage of spoken and written discourse. **Journal of Pragmatics**, n.16, p. 291-306,1991.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- _____. **Estratégia poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2003. (Ditos e Escritos; 4)
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal,1979.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **O que é um autor?**. Lisboa: Veja, 2002.
- _____. A verdade e as formas jurídicas. **Cadernos da PUC**, Rio de Janeiro, n. 6, p.1-102, 1974,.
- FREITAS, L. S. de. La telaraña de los sentidos: el discurso de la Ciencia de la Información sobre la actual condición de la información. **Ciencias de la información**, La Habana, IDICT, v. 36, n. 3, 2005.
- _____. Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação: um esboço arqueológico. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.unirio.br/morpheusonline/Numero02-2003/lidiafreitas.htm>
- FREITAS, L. S. de; GOMES, S. L. R. . Quem decide o que é memorável?: a memória de setores populares e os profissionais da informação. In: 1. Foro Social de Información, Documentación y Bibliotecas, 2004, Buenos Aires. **Anais...** 2004. Disponível em: <http://www.inforosocial.net/ponencias/eje05/25.pdf>
- FROHMANN, Bernd. **Deflating information: from science studies to documentation**. Toronto: University of Toronto Press, 2004.
- _____. Discourse analysis as a research method in library and information science. **Library and Information Science Research**, Perth (Austrália), v.16, p.119-138, 1994.
- _____. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research. **Journal of Education for Library and Information Science**, Oak Ridge (EUA), v. 42, n.1, 2001. Disponível em:<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmman/Jelis.htm>
- _____. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n.3, p.387-407. Também disponível em:
<http://www.ideals.uiuc.edu/bitstream/2142/1683/2/Frohmman387407.pdf>
- _____. The multiplicities of documentation. In: DOCAM '04. INTERNATIONAL CONFERENCE ON DOCUMENT RESEARCH AND DEVELOPMENT IN SCIENCES, ARTS AND BUSINESS, 2., 2004, Berkeley. *Electronic proceedings...* [S.l.: s.n.], 2004. Disponível em:
<http://thedocumentacademy.hum.uit.no/events/docam/04/DOCAM04papers/DOCAM'04Bernd.RTF>>.
- _____. [Palestra de abertura do 7. Enancib. Marília, 2006. (Tradução de Laffayette Álvares Jr. a ser publicada pela Ancib em coletânea de trabalhos selecionados do Encontro.)

FURET, F.; OZOUF, J. **Lire et écrire: l'alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry**. Paris: Minuit, 1977.

GALVÃO, Ana Maria de O.; BATISTA, Antônio A. G. Oralidade e escrita: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.128, maio-ago. 2006.

GERKEN, Carlos H.de S. Escolarização e apropriação da escrita nas aldeias Xacriabá: elementos da teoria psicológica necessária. **Encontro Anual da ANPED**. /s.d./ Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/24/T2043044471188.doc>

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a violência**: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: Edusp, 2001.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GINZBURG, C. **O Queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, José Reginaldo S. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problemas dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.264-275, 1988. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>

_____. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.3-31, 2000.

GOODY, J. **The Domestication of the savage mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

GOODY, J.; WATT, I. **As conseqüências do letramento**. São Paulo: Paulistana, 2006.

_____. **Literacy in traditional societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

_____. **The logic of writing and the organization of society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

GRAFF, H. **The Legacies of literacy**: continuities and contradictions in western cultures and society. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

GRIMARD, Jacques. On the governance of preservation: the legal, ethical and technological framework for the management of preservation. In: Proceedings of the International Conferences of the Round Table on Archives XXXIV CITRA. Budapest, ICA, 1999. p. 31-44. Disponível em: <http://old.ica.org/citra/citra.budapest.1999.eng/grimard.pdf>

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. **Discours et archive**. Liège: Mardaga, 1994.

GUILHAUMOU, J., MALDIDIER, D. Coordination et discours: “du pain ET X” à l’époque de la Révolution française. In: GUILHAUMOU, J., MALDIDIER, D., ROBIN, R. **Discours et Archive**: expérimentations en analyse du discours. Liège: Mardaga, 1994(a). (Philosophie et Langage).

HABERMAS, Jürgen. **A ética da discussão e a questão da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Tópicos)

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. (Sociologia e Política)

HAVELOCK, E. The Coming of literate communication to western culture. In: KINTGEN, E. R.; KROLL, B. M.; ROSE, M. **Perspectives on literacy**. Carbondale, Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1988. p.127-134.

_____. A Equação oralidade-cultura: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON, D. R.; TORRANCE, N. (org.) **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995. p.17-34.

_____. **The Literate Revolution in Greece and Its Cultural Consequences**. Princeton, NJ:

Princeton University Press, 1987.

_____. **Prefácio a Platão**. Campinas: Papirus, 1997.

HJORLAND, Birger. Documents, memory institutions and Information Science. **Journal of Documentation**, London, v. 56, n. 1, p. 27-41, jan. 2000.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.2, 1995. Disponível em:

<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=480&layout=abstract>

LANA, Luiz G. (Tõrãmu Kehíri) Nosso saber não está nos livros. **Povos indígenas no Brasil**. Sócio-ambiental, 1992. Disponível em:

<http://www.socioambiental.org/pib/portugues/indenos/desana.shtm>

_____. Antes o mundo não existia: mitologia dos antigos Desana-Kehíripõrã. São Gabriel da Cachoeira: UNIRT-FOIRN, 1995. (Narradores Indígenas do Rio Negro)

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaud**. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.11-50. (Brasil: História e Memória, Campinas, Unicamp, 2005.)

LÉVY-STRAUSS, C. **O Pensamento selvagem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

LORD, A. B. **The Single of tales**. Cambridge: Havard University Press, 1960.

MACHADO, Roberto. Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MARTIN, Henri J. **The History and Power of Writing**. Chicago: University Chicago Press, 1995.

MARTIN, H. J.; FEBVRE, L. **O Aparecimento do livro**. São Paulo: Hucitec, 1992.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MCLUHAN, H. M. **A Galáxia de Gutenberg**. São Paulo: Nacional; USP, 1972.

MORRISON, Ken. Estabelecendo o texto: a institucionalização do conhecimento por meio de formas históricas e filosóficas de argumentação. In: BOTTERO *et al.* **Cultura, pensamento e escrita**. São Paulo: Ática, 1995. p. 141-200.

MUNDY, K. Toward a critical analysis of literacy in Southern Africa. **Comparative Education Review**, v. 37, n. 4, p. 389-411, Nov., 1993.

NIETZSCHE, F. **Assim falava Zaratustra**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d.

_____. **Obras incompletas**. São Paulo: Nova cultural, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

OLSON, D. R. Cultura escrita e objetividade: o surgimento da ciência moderna. In: OLSON, D. R.; TORRANCE, N. (orgs.). **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995. p. 163-177.

OLSON, D. R.; TORRANCE, N. (orgs.). **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995.

ONG, W. J. **Oralidade e cultura escrita**: a tecnologização da palavra. Campinas: Papirus, 1998.

_____. Writing is a technology that restructures thought. In: BAUMANN, G. **The Written word**: literacy in transition. Oxford: Clarendon Press, 1986. p.23-50.

ORLANDI, Eni P. (org.) **Discurso fundador**. Campinas: Pontes, 1993.

- PAYER, Maria Onice. Discurso, memória e oralidade. **Horizontes**, v.23, n.1, p. 47-56, jan.-jun. 2005.
- PARRY, M. **L'Épithète traditionnell dans Homère**: essay sur un problème de style homérique. Paris: Societé Editrice Les Belles Letres, 1928.
- PÊCHEUX, Michel . **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, Eni P. **Gestos de Leitura**: da história do discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. (Repertórios) p. 55-66.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- _____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- _____. Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours. *Mots*, Paris, n. 9, p. 9-17, 1984.
- PLATÃO. **Fedro**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, v.3, p.3-15, 1989. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>
- _____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FVG, v.5, n.10, p.200-212, 1992. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>
- RAYWARD, W. Boyd. The history and historiography of Information Science: some reflections. **Information Processing & Management**, Elmsford (NY), v. 32, n. 1, p.3-17, 1996.
- RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Editions du Seuil, 2000.
- RJISBERGEN, C.J. Van. **Information retrieval**. London: Butter worths, 1979.
- _____. A non-classical logic for information retrieval. **Computer Journal**, v. 29, n.6, p.481-485, 1986.
- ROGNON, Frédéric. **Os primitivos, nossos contemporâneos**. Campinas: Papirus, 1991. (Filosofar no Presente)
- ROSZAK, Theodore. **O culto da informação**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, v. 8, n. 17, 1996. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>
- _____. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 93-101.
- SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.
- SMITH, L. W. An interactionist approach to the analysis of similarities and differences between spoken and written language. In: JOHN-STEINER, V.; PANOFISKY, C.P.; SMITH, L. W. (ed.) **Sociocultural approaches to language and literacy**: an interactionist perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p.43-81.
- SOUZA, Tânia C. Clemente de. O arquivo como espaço de discursividade. In: Seminário de Estudos de Informação, 1, set. 1996, Niterói. **Anais ...** Niterói, set. 1996. (anexo)
- _____. **Discurso e oralidade**: um estudo em língua indígena. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999.
- STREET, B. V. **Social literacies**: critical approaches to literacy in development, ethnography and education. London, New York: Longman, 1995.
- ZUMTHOR, P. **A Letra e a voz**: a "literatura" medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOTAS

¹ NUMBERG, G. Farewell to the information age. In: NUMBERG, G. (ed.). **The future of the book**. Berkeley: University of California Press, 1996. p. 103-138. *apud* Frohmann (2004b).

² Parafraseando Frohmann (2004).

³ VAN RIJSBERGEN, C.J. **Information retrieval**. London: Butterworths, 1979. Disponível em: <http://www.dcs.gis.ac.uk/keith/preface.html>.

⁴ Tal ilusão remete à análise de Pêcheux de que o positivismo, longe de ser alternativa ou opção metodológica, é o próprio funcionamento do efeito ideológico básico da formação de “evidências” no ‘acesso direto’ do observador ao real.

⁵ SPANG-HANSEN, H. How to teach about information as related to documentation. **Human IT**, v.5, n.1, p. 125-143, 1970. Disponível em <http://www.hb.se/bhs/lth/1-01/hsh.htm>, *apud* Capurro;Hjorland (2007).

⁶ GOLDBERG, J. Writing matter: from the hands of the English renaissance. Stanford: Stanford University Press, 1990. *apud* Frohmann (2004b)

⁷ CARDONA, G.R. **Antropologia de la escritura**. Barcelona: Gedisa, 1994, p. 10. *apud* Gimeno Blay (1998).

⁸ HAVELOCK, E. Prologue to Greek literacy. In: **Lectures in memory of Louise Tate Semple**. Second series, 1966-1971. Cincinatti, University of Oklahoma Press, 1973. *apud* Morrison (1995).

⁹ Os conceitos apresentados foram explicitados por Pierre Nora no contexto da formulação da noção de *lugares de memória*.

¹⁰ ALBUQUERQUE, J.A.G. **Metáforas da desordem**: o contexto social da doença mental. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. *Apud* Costa, 1997.

¹¹ Giddens (2001) relaciona o poder documentário e a própria constituição do Estado.